

PROJETO DE LEI Nº _____ / 2020.

Declara de Utilidade Pública, no âmbito do Município do Recife, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, no âmbito do Município do Recife, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), conforme o disposto na Lei Municipal nº 16.192, de 5 de junho de 1996.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a expedição do Diploma concernente ao Título conferido por esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 12 de março de 2020.

IVAN MORAES FILHO
VEREADOR

JUSTIFICATIVA

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) foi fundada em 1961. É uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e a quem foi conferida Personalidade Jurídica pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em 5 de fevereiro de 1962, no Livro A-5, sob o número de registro 9.246. Possui filial no Recife e tem inscrição no CNPJ/MF sob o nº 33.700.956/0002-36. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo.

Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o Golpe de 64 fez com que esses rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à Ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da Entidade.

Na década de 70, apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no Norte do Brasil, aos trabalhadores rurais do Nordeste, aos trabalhadores da Construção Civil e das indústrias metalúrgicas do Sudeste e aos movimentos de associações de moradores de Norte a Sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, a FASE chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à Anistia, à Constituinte e às Eleições Diretas.

Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a Instituição desenvolveu ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade em Direitos

Econômicos, Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades.

Neste princípio do século XXI, ela investiu na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da promoção de princípios e da produção de conhecimento, realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com Universidades. Os resultados dessas ligações podem ser vistos em dezenas de publicações, na Revista periódica Proposta, editada há mais de 35 anos, e em seminários, cursos, palestras e campanhas.

Em Pernambuco, a FASE desenvolve estratégias para o monitoramento de políticas públicas, visando à garantia do Direito à Cidade com participação popular. Com Sede na capital Recife, busca contribuir para a efetivação de um novo modelo de desenvolvimento que seja inclusivo, democrático e ambientalmente sustentável nos meios urbanos, onde possa efetivamente existir a igualdade de gênero e étnica, na contramão do atual modelo de cidades.

A marca desse modelo regional tem sido a relação orgânica com os movimentos sociais na Região Metropolitana do Recife, na Zona da Mata e no Sertão do estado, o que fortalece a ação política dos sujeitos sociais e de suas redes de articulação. A situação precária das moradias, associada à insegurança jurídica dos moradores com relação as suas casas, é hoje um dos maiores problemas na área de atuação da FASE Pernambuco.

Grandes obras e empreendimentos, como o Porto de Suape e as da Copa do Mundo, impactaram negativamente populações pobres em cidades que já enfrentam mazelas como o aumento da criminalidade e da violência, principalmente em áreas periféricas. Nesse contexto de precarização das condições de vida na metrópole, aumenta a necessidade de se empreender lutas e de se construir um conjunto articulado de estratégias para intervir no debate e na formulação de propostas de saneamento, habitação e manejo de resíduos sólidos nos planos estaduais e municipais.

A FASE Pernambuco busca assessorar, implantar, apoiar e fortalecer ações relacionadas à justiça ambiental e à exigibilidade de direitos, assim como ampliar as

políticas públicas que favoreçam a luta dos jovens e das mulheres, inclusive aquelas voltadas para a geração de emprego e renda, combinando atividades de formação política com capacitação na área de gestão social de negócios.

Esse modo de atuação regional se fortalece a partir do trabalho e da articulação em redes, fóruns e campanhas como os Fóruns Nacional e Estadual de Reforma Urbana, o Fórum Nordeste de Reforma Urbana, o Fórum SUAPE Socioambiental e o Fórum das Juventudes de Pernambuco (FOJUPE).

Por tudo o que foi exposto e com base na documentação anexa ao PL, de acordo com as exigências constantes na Lei Municipal nº 16.192, de 5 de junho de 1996, solicitamos o apoio dos demais Vereadores e Vereadoras para que seja dado o Título de Utilidade Pública Municipal para a Filial do Recife da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 12 de março de 2020.

IVAN MORAES FILHO

Vereador
